CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO Nº _____/14 (Do Sr. Augusto Coutinho)

Requer a revisão de despacho inicial aposto ao Projeto de Lei nº 3.014, de 2011, para que seja, também, apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 17, II, "a" c/c os Arts. 139, II, "a" e 32, VI, "c" do Regimento Interno, a redistribuição do Projeto de Lei 3.014/2011, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que "Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços", para que seja incluída a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no rol das Comissões Permanentes que devem se manifestar sobre o mérito da proposição em destaque, visto que a mesma interfere na atividade comercial, campo temático da referida Comissão.

JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Lei altera as relações comerciais entre consumidores e distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços públicos, concessionários e permissionários, na medida em que faculta ao consumidor dos serviços de gás liquefeito ou natural encanado, energia elétrica, água encanada, telefonia ou qualquer outro serviço mensurável, a instalação de medidores para seu controle particular de uso dos serviços, independentemente da existência de medidores instalados com o mesmo fim pelo distribuidor, fornecedor ou prestador de serviços públicos, concessionárias, permissionárias.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Além disso, o Projeto pode acarretar desequilíbrio financeiro e consequentemente um aumento de tarifas. A possibilidade de realização de perícia, caso haja discordância quanto ao valor aferido pela empresa, gera um custo que, sendo absorvido pelas empresas, aumentará suas despesas. Da mesma forma, o direito à repetição do indébito em favor do consumidor caso ocorra cobrança indevida, sendo o indébito correspondente a dez vezes o que for pago em excesso, no caso de reincidência de cobrança indevida, eventualmente ocasiona aumento de despesas. Esses aumentos de despesa, por gerarem desequilíbrio financeiro, podem ser compensados com aumento nos valores das tarifas.

Tendo em vista que o referido Projeto interfere na atividade econômica e comercial, requeiro sua redistribuição, a fim de incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no rol das Comissões Permanentes que devem se manifestar quanto ao mérito da proposição.

Sala das Comissões, em

de 2014.

DEP. AUGUSTO COUTINHO (SDD/PE)